



Ecologia e Capital: quando a teoria não esquece o mundo

O livro *Ecologia e Capital* de Enrique Leff é um marco não só no campo do conhecimento ambiental, mas também no debate teórico-político contemporâneo por trazer uma abordagem que consegue transitar com rara desenvoltura desde o conhecimento advindo das ciências naturais ao das ciências sociais. A formação de Enrique Leff em engenharia química e seu doutorado em Economia do Desenvolvimento na Sorbonne devem ser lembrada ao leitor que encontrará no livro um refinamento filosófico raro nos dias que correm ao mesmo tempo em que é necessário diante do desafio ambiental contemporâneo. Afinal, a crise ambiental contemporânea é uma crise do seu (modo de produção) de conhecimento, como sustenta o autor ao longo deste livro.

Enrique Leff conseguiu compreender o significado da revolução dos anos sessenta quando novas perguntas foram levantadas quando alguns acreditaram já terem todas as respostas. E mais, soube entender desde o primeiro momento que a crise que as lutas sociais dos anos sessenta colocaram nas ruas com suas “barricadas do desejo” eram mais que uma crise do capitalismo. Era uma crise civilizatória e uma crise do próprio (modo de produção de) conhecimento que havia olvidado a inscrição da sociedade na natureza que, hoje, se mostra concretamente como aquecimento global.

Ecologia e Capital, publicado originalmente em 1986, incorpora a contribuição de uma epistemologia crítica que Enrique Leff vem desenvolvendo desde 1975 quando publica seus primeiros artigos sobre a crise do (modo de produção de) conhecimento científico que não só ignorou a inscrição da sociedade na natureza, como disciplinarizou de tal forma o conhecimento com uma divisão do trabalho científico que, mais do que solução, se tornou parte do desafio que a humanidade hoje se defronta. Enrique Leff antecipa em *Ecologia e Capital* uma teoria da complexidade

ambiental muito antes que a teoria da complexidade estivesse em moda. E o faz no bojo de uma tradição do pensamento crítico latino-americano que não pode ignorar o lado colonial da constituição do mundo moderno. Afinal, para nós a modernidade do sistema mundo começa com os engenhos que manufacturavam a cana de açúcar introduzindo grandes latifúndios monocultores movidos à chibata e destinando os melhores solos para cultivo alheio. Ao contrário daqueles para quem a modernidade é usufruto e gozo para nós ela tem sido, sobretudo sofrimento e, por isso a teoria por aqui sempre é invadida por essa realidade crítica e se faz teoria crítica.

Por isso, *Ecologia e Capital* não deixa de tratar temas como “Subdesenvolvimento e Degradação Ambiental” (Capítulo 1) em que analisa as implicações da dependência não só na degradação dos recursos naturais como também por suas implicações no plano de um conhecimento que não parte das suas próprias condições existência que, no caso da América Latina, tem na tropicalidade uma das expressões maiores de sua riqueza e complexidade. Denuncia, com vigor e rigor, um conhecimento científico que ao se pretender universal ignorou sua província de origem, a Europa norte ocidental, e acreditou ser um conhecimento atópico aplicável a qualquer lugar do mundo independentemente das condições naturais e culturais específicas. Aqui, ao contrário, a complexidade e a riqueza da realidade tropical aparecem com toda nitidez em “Bases Ecológicas do Desenvolvimento Sustentável” (Capítulo 2) onde se pode ver medrar uma das mais importantes contribuições de Enrique Leff para o pensamento contemporâneo, pois, ao contrário do pensamento hegemônico, vê a natureza enquanto potencial de produtividade e não como constrangimento. O leitor poderá verificar como o potencial produtivo da natureza tropical é particularmente ressaltado por sua capacidade de produção de biomassa.

Ecologia e Capital denuncia a racionalidade econômica que reduz tudo às transações



mercantis e anuncia outra racionalidade a partir do Capítulo 3 - "A Cultura como Mediação entre os Processos Econômicos e os Processos Ecológicos" que se constitui num dos pontos altos do livro, que o aproxima dos grandes momentos da análise econômica não economicista como em *A Grande Transformação* de Karl Polany e o *Capital* que, Enrique Leff em *Ecologia e Capital*, não esquece que tem por sub-título "crítica da economia política" e não um livro de economia crítica. Aliás, aqui Enrique Leff, dá continuidade de modo criativo ao fato de Karl Marx iniciar seu livro-maior com um capítulo filosófico e trabalhando uma categoria que a Antropologia não tardará a reconhecer a centralidade: o fetichismo.

A partir daí *Ecologia e Capital* nos remete ao que talvez seja a maior contribuição de Enrique Leff ao pensamento contemporâneo com sua busca de uma racionalidade ambiental, teoria que desde *então* o autor vem aprimorando¹. Seus primeiros passos o leitor poderá ver nos Capítulos 4 e 5 - "*Racionalidade Ambiental, Produtividade Ecotecnológica e Manejo Integrado de Recursos*" e "*Cálculo Econômico, Políticas Ambientais e Planificação do Desenvolvimento: A Difícil Valorização do Ambiente*", respectivamente, onde não só articula a produtividade biológica primária potencial da natureza à criatividade da cultura dos povos passando por essa outra idéia original do autor que é a da produtividade ecotecnológica tão bem desenvolvida no capítulo 4. Essa teoria ganha um capítulo especial, o de nº 8, onde Leff articula o que chama Cultura Ecológica à Racionalidade Ambiental ("*Cultura Ecológica e Racionalidade Ambiental*").

Chamo a atenção para a sofisticada desconstrução crítica que Enrique Leff faz das tentativas de apreender a natureza numa lógica econômica mercantil que, com sua abstração matemática ignora a materialidade da *Physis*, como tão bem destaca em seu capítulo 5. Aqui, o autor desenvolve uma

crítica consistente às tentativas da economia ambiental de apreender a natureza através da atribuição de preços ignorando, com isso, a clássica distinção que Aristóteles já nos havia alertado para não confundir a *crematística*, estudo da relação entre os preços das mercadorias, e a *economia* que, para o estagirita, era o estudo da administração da casa com toda sua logística. O autor, além de sua formação em um área técnica, a engenharia, mostra um sofisticado domínio das teorias das ciências sociais ao recusar o simplismo malthusiano que medra nas lides ambientalistas, mostrando a pobreza da idéia que atribui a degradação ambiental à ação antrópica, como se o homem que age junto ao meio o fizesse enquanto ser estritamente biológico e não por meio da complexidade social, cultural e através de relações de poder. Assim, Enrique Leff deixa de falar num homem genérico e nos aproxima do homem de "carne e osso" (Thompson) que pela experiência sente o mundo e a partir daí pensa/age. Foge assim, de um estruturalismo rígido, pois reconhece as determinações estruturais, mas as vê sentidas e agidas através da experiência criativa que se faz cultura. Assim, a cultura para Enrique Leff deixa de ser superestrutura e habita o mundo mundano que sabe o mundo porque o saboreia/experimenta com seus calores e sabores, amores e dramas. Aqui podemos ver o *doublé* de físico e filósofo Gastón Bachelard com sua lógica materialista, aquela que experimenta a matéria pelo tato, pelo contato, em contraponto à lógica das formas, a que chamou de lógica formalista, aquela que vê o mundo através das curvas dos gráficos e, cada vez mais, pelos (tele) visores. É esse conhecimento que conhece de sobrevôo, na feliz expressão crítica de Hanna Arendt, que quer, de fora, dominar a natureza. Enfim, os homens e mulheres só existem por meio da cultura através do que se apropriam simbolicamente da matéria. Os homens e mulheres só se apropriam do que faz sentido, enfim, ao que atribuem/inventam significado. Deste modo, toda apropriação material é simbólica, aliás, como bem é o caso da atribuição de cifras/cifrões matemáticos através de preços a tudo. É

¹ Ver "Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza" publicado em 2006, pela editora Civilização Brasileira.



essa sobreconomização da vida que submete a natureza, os povos e grupos subalternizados a limites de exaustão do que a miséria e devastação do planeta se mostram, hoje, evidentes. O aquecimento global é esse olvido das leis da termodinâmica (entropia) pela busca da produtividade a qualquer custo que, assim, se acredita sem limites. Esse livro é, assim, um convite à reflexão e à sensatez, daí sua radicalidade teórico-política.

Todo o esforço de exercício da razão que Enrique Leff põe à prova, e não só nesse livro, sabe e explicita que a realidade mundana do mundo é irreduzível a qualquer teoria sem que, com isso, recuse a teoria. Como parte da milenar tradição materialista – o título *Ecología e Capital* denuncia sua aproximação com Marx – Enrique Leff sabe que a palavra água não mata a sede, assim como sabe que nenhuma teoria esgota a realidade e, assim, nos convida a uma dura crítica ao logocentrismo e se abre à diversidade do mundo. Sabe que é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social, como diria Pierre Bourdieu, e assim sabe que suas reflexões são parte da construção contraditória do campo ambiental, como bem explicita no capítulo 6 - “Estratégias do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável: Racionalização do Capital ou Reapropriação Social da Natureza”. Deste modo, Enrique Leff nos convida a reconhecer a possibilidade, sempre presente, de dizer o mundo de modo distinto, recusando qualquer “discurso competente” que se crê ungido enquanto discurso de autoridade que esconde do mundo e dos mundanos que o mundo da ciência é um mundo de polêmica, de dúvida. E assim, incita a responsabilidade de todos e não somente de alguns. *Ecología e Capital* coloca, assim, a democracia como um processo/projeto denso em que mais que procedimentos formais, se abre à participação popular e às diferentes matrizes da racionalidade. Aqui se pode ver a coerência teórico-política do pensamento de Enrique Leff ao se abrir para o diálogo de saberes muito além da crítica aos saberes

disciplinares e suas propostas de inter/trans/multidisciplinaridade.

Está em curso hoje um tenso e intenso debate acerca da apropriação da natureza que aponta na direção da sua mercantilização – a racionalização do capital – ou na direção da reapropriação social da natureza como se pode ler no Capítulo 7 “A Geopolítica do Desenvolvimento *Sostenible* e a Ecología Política da Diferença”, onde Leff chega ao requinte de oferecer ao leitor brasileiro o espanholismo *sostenible* e seus derivados pra fincar bem sua crítica às apropriações instrumentais, sobretudo mercantis, da sustentabilidade (Ver a “Nota do Autor à segunda edição” à página 04).

Nesse debate que vem constituindo o campo ambiental, e cada vez mais o debate político contemporâneo, há um constante deslizamento de sentidos que exige uma atenção rigorosa de todos, haja vista tudo que está implicado, além dos muitos interesses envolvidos. O próprio autor, um dos principais intelectuais formadores do campo, transitou do ecodesenvolvimento para o desenvolvimento sustentável até desembocar na racionalidade ambiental, como o leitor poderá verificar no interessantíssimo jogo com os pés de página onde esse embate aparece atualizado ao longo do livro.

Nesse sentido, essa nova edição brasileira de *Ecología e Capital* reafirma não só o caráter aberto da obra de Enrique Leff, mas seu pioneirismo. Só assim podemos entender como *Ecología y Capital* em sua primeira edição espanhola, de 1986, se torna *Ecología y Capital – racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*, em sua 2ª edição ainda em espanhol, de 1994, em *Ecología, Capital e Cultura – racionalidad ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*, na 1ª edição em português, de 1999, até esta - *Ecología, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidad ambiental*. Estamos, na verdade, diante de um mesmo livro sendo outro. Como o próprio autor esclarece quando nos diz: “esta reedição



reafirma (...) os princípios que fundamentaram nossa proposta original, na construção de um paradigma produtivo alternativo à economia convencional, fundado nos potenciais ecológicos, na produtividade tecnológica e na criatividade cultural; nos processos de reapropriação social da natureza dentro dos princípios e valores de uma racionalidade ambiental e de uma política da diversidade e da diferença”. Creio que se pode ir além: Enrique Leff foi incorporando a posteriori nos títulos das sucessivas edições muito de um novo léxico político, que vislumbrara desde o início, e que vem do campo da luta dos movimentos sociais em torno da reapropriação social da natureza, como em “*A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável e a Ecologia Política da Diferença*” (Capítulo 7.), onde a democracia vem sendo cada vez mais requerida enquanto democracia participativa – “*Os Novos Atores do Ambientalismo no Meio Rural da América Latina*” (Capítulo 9); os sentidos para a vida pluralizados com a politização da cultura e o direito à diferença sendo politizado na luta pela terra enquanto território (natureza + cultura por meio da política) como em “*Além do Desenvolvimento Sustentável. A Territorialização da Racionalidade Ambiental*” (Capítulo 10). Não estranhemos, pois, que a complexidade ambiental de Enrique Leff fuja de uma teoria da complexidade que abstratamente vê que tudo está ligado com tudo, mas silencia as relações sociais e de poder que estão em disputa concreta pelos territórios.

Enrique Leff nos brinda com *Ecologia e Capital* com um pensamento que honra as melhores tradições de um pensamento crítico latino-americano que já nos deu Paulo Freire, Pablo González Casanova, Darci Ribeiro, Orlando Fals Borda, Ruy Mauro Marini, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Celso Furtado, Raul Prebisch, Leopoldo Zea, Florestan Fernandes e tantos outros.

Há um sentido teórico que emana de quem parte do mundo para formular teoria e, no caso específico, Enrique Leff se inspira nas lutas camponesas, nos povos originários, nos afrodescendentes que, sobretudo desde a

América Latina, vêm oferecendo novos sentidos para estar no mundo e, assim, mostrando as múltiplas universalizações possíveis no mundo que a colonialidade do poder desperdiçou, mas que intelectuais como Enrique Leff recuperam. E seu *Ecologia e Capital* é, nesse sentido, um clássico.

Carlos Walter Porto-Gonçalves



ECOLOGIA, CAPITAL E CULTURA

A TERRITORIALIZAÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

ENRIQUE LEFF

Tradução do texto da primeira
edição de Jorge E. Silva

Revisão Técnica desta edição de
Carlos Walter Porto Gonçalves

EDITORA VOZES

Petrópolis, Brasil

2009

A destruição ecológica, a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida das maiorias surgem como um signo eloqüente dos limites da racionalidade econômica sobre a qual se construiu a civilização moderna.

Na corrida desenfreada pelo crescimento econômico, desterrou-se a natureza da esfera da produção, subjugando as identidades culturais, destruindo as bases da sustentabilidade ecológica do planeta e ampliando as desigualdades sociais.

A partir de uma postura crítica ante o discurso da globalização e do desenvolvimento sustentável, Enrique Leff desentranha as raízes profundas da crise ambiental – crise da razão instrumental e da racionalidade econômica dominantes – e elabora os fundamentos de um novo paradigma produtivo. Os valores da diversidade biológica, produtividade ecológica, heterogeneidade cultural, pluralidade política e democracia participativa, que plasmam o discurso do ambientalismo emergente, constituem potenciais produtivos para um desenvolvimento alternativo com bases de sustentabilidade e equidade, orientando a reapropriação social da natureza e dos processos produtivos.

Do diálogo crítico entre a economia e a ecologia, irrompe uma economia política do ambiente, uma teoria integradora da economia ecológica e da ecologia política, mobilizando os novos atores sociais do ambientalismo emergente para a construção de uma nova racionalidade produtiva, alimentada pela vitalidade das forças da natureza e os sentidos civilizadores da diversidade cultural. A partir da dilacerante realidade da América Latina e do Terceiro Mundo, configura-se uma utopia ambientalista, reorientando o desenvolvimento das forças produtivas, recriando as formas de sociabilidade e reconfigurando as relações de poder. A luta



Sumário

pela democracia articula-se com os fins da sustentabilidade e com a exigência da sociedade de participar na gestão de seus recursos naturais, de seus serviços públicos e dos seus bens coletivos.

Este ambientalismo produtivo, impulsionado pelas exigências de autonomia, equidade, justiça e democracia das organizações camponesas, das comunidades indígenas e do movimento urbano-popular, está fertilizando o campo de uma política do ambiente. A gestão participativa da sociedade na apropriação dos recursos ambientais colabora num projeto de democracia direta, oferecendo opções para erradicar a pobreza a partir dos potenciais ecológicos e produtivos das comunidades.

Desta forma, a racionalidade ambiental se territorializa em novos modos de produção e se arraiga em novos mundos de vida abrindo caminhos para a construção de um *futuro sustentável*.

A transição para a democracia e sustentabilidade abre perspectivas promissoras aos povos da América Latina e do Terceiro Mundo para construir um projeto histórico diverso tal como suas etnias e seus ecossistemas, solidário com as exigências atuais de justiça social e comprometido com o destino das gerações futuras.

Leff, Enrique. 2009. Ecología, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental

Petrópolis, Brasil. Editora Vozes.

440 páginas

ISBN: 978.85.326.3918-9

Nota do Autor à Segunda Edição

Prólogo à segunda edição por Carlos Walter Porto Gonçalves

Prólogo à primeira edição

Capítulo 1. Subdesenvolvimento e Degradação Ambiental

Capítulo 2. Bases Ecológicas do Desenvolvimento Sustentável

Capítulo 3. A Cultura como Mediação entre os Processos Econômicos e os Processos Ecológicos

Capítulo 4. Racionalidade Ambiental, Produtividade Ecotecnológica e Manejo Integrado de Recursos

Capítulo 5. Cálculo Econômico, Políticas Ambientais e Planificação do Desenvolvimento: A Difícil Valorização do Ambiente

Capítulo 6. Estratégias do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável: Racionalização do Capital ou Reapropriação Social da Natureza

Capítulo 7. A Geopolítica do Desenvolvimento Sostenible e a Ecologia Política da Diferença

Capítulo 8. Cultura Ecológica e Racionalidade Ambiental

Capítulo 9. Os Novos Atores do Ambientalismo no Meio Rural da América Latina

Capítulo 10. Além do Desenvolvimento Sustentável. A Territorialização da Racionalidade Ambiental

Bibliografía